



ACÓRDÃO Nº376/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11398/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Parcerias e Projetos Estratégicos - SEMPPE.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Maria Josepha Penella Pegas Chaves (Ordenador de Despesa), Luis Fabian Pereira Barbosa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1648/2019-DMP, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Parcerias e Projetos Estratégicos - SEMPPE. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da **Sra. Maria Josepha Penella Pegas Chaves** e do **Sr. Luis Fabian Pereira Barbosa**, responsáveis e ordenadores de despesa pela Secretaria Municipal de Parcerias e Projetos Estratégicos – SEMPPE, no curso do exercício de 2017, com fundamento no art. 1º, inciso II e art. 22, inciso III, ambos da Lei n.º 2.423/96, c/c art. 188, § 1º, inciso II alínea ‘b’, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM, em razão do item de restrição 3 não sanado;
- 10.2. **Aplicar Multa a Sra. Maria Josepha Penella Pegas Chaves** no valor de **R\$ 1.706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pela impropriedade 3 conforme art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE e art. 308, inciso VII da Resolução nº 04/2002-RITCE.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o



ACÓRDÃO Nº376/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Luis Fabian Pereira Barbosa** no valor de **R\$ 1.706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pela impropriedade 3 conforme art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE e art. 308, inciso VII da Resolução nº 04/2002-RITCE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Recomendar a Sra. Maria Josepha Penella Pegas Chaves e ao Sr. Luis Fabian Pereira Barbosa a:**

10.4.1. atender aos preceitos legais instituídos no artigo 50, inciso I a III da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000;

10.4.2. reestruturação do quadro de pessoal, visando obedecer a Constituição Federal de 1988;

10.4.3. recomendo ao gestor que as Declarações de Bens dos servidores desta Secretaria estejam alocadas nas mesmas pastas funcionais de seus funcionários.

- 10.5. Dar ciência a Sra. Maria Josepha Penella Pegas Chaves e ao Sr. Luis Fabian Pereira Barbosa** deste acórdão;

- 10.6. Arquivar** o presente processo por cumprimento da decisão, nos termos regimentais.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de Maio de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº376/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Filho, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral